

PORQUE A COMUNIDADE

Sílvio Elia
UFF

Pode-se datar o surgimento da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa de 1 de novembro de 1989, quando, em São Luís do Maranhão, com a presença do Presidente de Portugal, Dr. Mário Soares, e do Brasil, Dr. José Sarney, foi desfraldada a bandeira da união luso-afro-brasílica. A institucionalização deveria dar-se no dia 28 de junho de 1994 em Lisboa, mas os percalços do Destino não permitiram que assim ocorresse. O falecimento inesperado de pessoa da intimidade familiar do presidente brasileiro, Dr. Itamar Franco, frustrando-lhe a presença no ato de fundação, acarretou a suspensão do encontro. Infelizmente até o momento nenhuma outra data foi fixada¹. Esperemos, contudo, que, confirmando a sabedoria do antigo ditado lusitano de que "Deus escreve certo por linhas tortas" – frase que o consagrado filósofo francês, Jacques Maritain, gostava de repetir –, estejam os arcanos celestes costurando uma confraternização da lusofonia em grande estilo.

Das razões da implantação dessa Comunidade é que venho aqui falar-vos. Talvez não seja esta a hora nem o lugar de fazê-lo, pois o pressuposto é que disso já estejamos todos convencidos. Sem dúvida, mas o nosso intento é pôr de manifesto os dados irrecusáveis que a tornam um imperativo de nossa presença, senão mesmo sobrevivência na madrugada deste terceiro milênio tão carregado de aflições.

A Comunidade traz como viga-mestre de sua estrutura a lusofonia, isto é, a *língua portuguesa*. Essa a lição dos fatos. As línguas históricas, também impropriamente chamadas "línguas naturais" quando se quer opô-las às "línguas artificiais", como o esperanto, quiçá a mais conhecida, se realizam sob duas direções: a *sincrônica* e a *diacrônica*. Sincronicamente se situam na linha da expressão/comunicação, a primeira – expressão –, predominantemente individual, a segunda – comunicação –, marcadamente social.

¹ O ato constitutivo da Comunidade deu-se finalmente em Lisboa, no dia 17 de julho do corrente ano de 1996.

Acautelemo-nos, contudo, de privilegiar o lado social em detrimento do individual, como tem sido vezo fazê-lo, em virtude da primazia atribuída ao fator social pelos que investigam o caminhar dos povos, através de lentes tingidas de um tirânico economicismo. Isso levou o famoso e apresentador brasileiro de espetáculos televisivos a criar um rifão que logo se tornou sucesso: "Quem não se comunica se trumbica".

Vale esse dito como uma advertência. *Pragmático* significa na técnica lingüística o uso da linguagem como forma de ação, como uma espécie de intervenção na consciência do Outro, por conseguinte como algo que se realiza no espaço social, entendido aqui como o espaço da intersubjetividade. Trata-se de um tipo de retórica realizada em nível de coloquialismo, portanto uma Retórica do popular. A língua, porém, tem ainda outra dimensão, que se verifica no espaço histórico. É a língua enriquecida através dos tempos, pelo gênio e talento de seus escritores, pelo saber acumulado de seus cientistas e tecnicistas, pela sabedoria de seus filósofos e pensadores. Visa não diretamente ao Outro, mas a *Si-mesma*, ao alimento da mente e do espírito. É a *língua de cultura*, que se distingue, sem negá-la, da *língua pragmática*. Ora, o grande valor da língua portuguesa, no espaço da lusofonia, é ser exatamente essa língua de cultura, que dá acesso imediatamente às fontes do conhecimento, sejam elas nativas ou estrangeiras. É o veículo indispensável para o progresso e um antídoto para a barbárie.

Historicamente é o português uma *língua de cultura* e não simplesmente uma *língua veicular*, alargando-se o sentido da expressão, para incluir a língua usada pelos falantes da mesma comunidade com finalidades meramente de prática comunicativa. E é essa a língua de cultura que coroa a unidade dos povos lusófonos, esta é também para nós brasileiros, parafraseando verso célebre, "a glória que fica, eleva, honra e consola".

A cultura de que aqui falamos é aquela que vai buscar suas raízes no velho e ubérrimo solo greco-romano. Redigamos uma vez mais: "Qui nous délivrera des grecs et des romains?". Essa cultura greco-romana, depurada de suas origens pagãs, foi a que o Cristianismo medieval iria batizar e seria recolhida pelo Renascimento, que se empenhará pelo retorno às formas clássicas, mas não ao seu conteúdo pagão. Com o Renascimento começa o mundo moderno, cuja contribuição original para a cultura do Ocidente foi a instituição da mentalidade científica em face dos fenômenos da natureza. No bruxolear do século XX, parece que o impacto cientificista vai esmorecendo, sem que ainda se lhe tenha encontrado sucedâneo.

Eis a cultura que, bem ou mal, modelou o mundo moderno e que aportou às terras de Santa Cruz com as naus cabralinas; é nela que fomos e estamos inseridos.

As línguas históricas apresentam, portanto, duas dimensões básicas, a sincrônica e a diacrônica, que se distinguem e se complementam. Distinguir para unir, como diziam os escolásticos. E, como ensina Coseriu, as línguas funcionam sincronicamente, mas se constituem diacronicamente. E, nesse *se constituem*, é que se fazem adultas as línguas de cultura. Relembremos, para o português, os cancioneiros medievais, a épica e a lírica do Quinhentismo, a prosa barroca do Seiscentismo, a renovação romântica, a rebelião naturalista. Alguns nomes apenas, e cimeiros: Camões, Vieira, Fr. Luís de Sousa, Bluteau, Tomás Antônio Gonzaga, Bocage, Garrett, Alexandre Herculano, Gonçalves Dias, Castro Alves, José de Alencar, Camilo Castelo Branco, Eça de Queirós, Machado de Assis, Euclides da Cunha, Rui Barbosa, Fernando Pessoa, Carlos Drummond de Andrade, José Saramago. Não podemos deixar de acentuar o que significou a invenção da imprensa no sentido da expansão da escritura em face da oratura, se quisermos falar com Houaiss. Cria-se assim o patrimônio cultural das nações, preservados em livrarias e bibliotecas e, atualmente, em outras formas de registro da fala humana. Exatamente nesse patrimônio é que assentam as línguas de cultura, como o português.

Saliente-se que, ao contrário do que pregava o naturalismo lingüístico do século passado e até princípios deste, as línguas históricas não tendem ao fracionamento. A esse respeito, permito-me transcrever algumas linhas do que disse em artigo publicado em 1961, na *Revista de Portugal*, sob o título de "Raízes portuguesas da alma brasileira". Afirmava então: "Ora, o que a história nos demonstra não é uma tendência para a crescente multiplicação dos idiomas e sim para a formação de poucos idiomas comuns, ou seja, de *línguas de cultura*." Notou-o otimamente Otto Jespersen: "Quero chamar a atenção para o fato de que a doutrina corrente da forte tendência para a multiplicação das línguas não passa em certa extensão, de uma ilusão de ótica, decorrente do hábito de contar *línguas* e de pensar nelas como se existissem independentemente dos povos que as falam. Não há dúvida de que o mundo nunca foi mais densamente povoado de que nos dias presentes. Em épocas anteriores, quando havia o escandinavo comum, o românico comum (latim), o eslavo comum... e assim por diante, havia apenas magra população para falar algumas dessas línguas" (*Mankind, Nation and Individual from a Linguistic Point of View*, 44-45). E acrescenta: "Somente o espanhol (na Espanha e na América) é falado por maior número de pessoas do que as que falavam latim quando o Império Romano governava o mundo, e o mesmo se pode dizer para o francês e o italiano". Pôde, portanto, Jespersen concluir: "O maior e mais importante fenômeno da evolução das línguas nos tempos históricos tem sido a formação de grandes línguas nacionais comuns – o grego, o francês, o inglês, o alemão, etc. – as línguas-padrão que expulsaram, ou estão a caminho de fazê-lo, os dialetos locais puramente condicionados por

fatores geográficos". Até aqui Jespersen, e agora intervenho: Seria estranho que o português fosse exceção. Na verdade, como fôra de esperar, não o é. Ao contrário, os acontecimentos históricos inclinam-se no sentido da ampliação da comunidade lingüística portuguesa, ou seja, da constituição de um padrão normativo supranacional que englobe todos os países nos quais a língua portuguesa goze do *status* de língua oficial.

Um passo firme nesse sentido é o da unificação ortográfica, senão imediata (entre Portugal e Brasil tivemos um século de separação ortográfica), pelo menos de sucessivas *aproximações ortográficas*. Auspiciosa notícia é a da recente aprovação pelo Senado da República do Acordo firmado em Lisboa, em outubro de 1990, com a presença de delegações dos sete países de língua oficial portuguesa. Da parte brasileira, o grande artífice foi o nosso companheiro e eminente filólogo Antônio Houaiss, que abriu os trabalhos vespertinos de nosso Simpósio com o saber e a competência que lhe são inerentes. Oportuno, portanto, ouvir o que disse Antônio Houaiss em livro de 1991: "A unificação da ortografia não implica a uniformização do vocabulário da língua: pelo contrário, respeitando-se as *pronúncias cultas* de cada país, passa-se a admitir duplas grafias, embora as regras ortográficas sejam as mesmas para todos os países signatários do Acordo" (*A Nova Ortografia Portuguesa*: 13). E pouco adiante: "O novo Acordo privilegia o critério fonético em detrimento do etimológico, ou seja, é o critério de pronúncia que justifica a existência de grafias duplas e a supressão das consoantes "mudas" ou não articuladas" (p.15).

Cabe aqui desfazer certos equívocos ou incompreensões que se têm levantado em torno do Projeto em vias de se converter em Lei. É preciso enfatizar: nada se altera, nem no respeitante ao léxico nem à gramática, nem à pronúncia. Cada um vai continuar a usar a língua como sempre fez. O que muda é a escrita e assim mesmo parcialmente, ou seja, o que muda é a forma gráfica convencional de representar os sons da língua dentro do sistema alfabético, que é o de todos os povos do Ocidente. Disse intencionalmente sons *da língua* e não *da fala*, porque esta contém variantes regionais, sociais e até individuais que, se acolhidas, tornariam impraticável qualquer tentativa de padronização. A ortografia de uma língua de cultura visa a sistematizar a escrita segundo os padrões da norma dita culta, que é a que tem maior extensão no tempo e no espaço e maior representatividade social. Demais esse padrão, porque se situa no nível fonológico, como o caracterizam os lingüistas e não no estritamente fonético, não inibe as variedades correntes de pronúncia. Dou um exemplo: todos escrevemos *menino*, mas, com essa forma gráfica, podemos pronunciar *mênino*, *minino*, *mênino*, *m'nino*. O importante é isto: a palavra semântica é sempre a mesma.

No campo gramatical, ou morfossintático, a coisa é ainda mais simples. Em que é que a ortografia altera, p. ex., construções como a brasileira *estou me vestindo* em face da portuguesa *estou a vestir-me*? Em nada, é óbvio. Quanto ao léxico, nem há o que discutir. Por acaso porque em Portugal se diz *autocarro* e no Brasil *ônibus*, passaremos nós, os brasileiros, a dizer *autocarro* e os nossos irmãos portugueses a usar *ônibus*? E, se voltarmos à pronúncia, que é o lado mais candente da questão, recordemos que a supressão das consoantes ditas mudas em nada influenciará no timbre de certas vogais tônicas. Pequeno exemplo: a grafia *adotar* por *adoptar* levará os portugueses a pronunciar *adôtar*, com *o* fechado, em vez de *adòtar*, com *o* aberto, como vinham fazendo? Nada disso, pois, como adverte o Prof. Malaca Casteleiro, já assim a pronunciavam os portugueses antes de aprenderem a escrever a palavra. E ninguém irá corrigir essa pronúncia. A supressão do trema, praticamente discutível, sem dúvida também não é feita para alterar a pronúncia; *tranquilo*, sem trema, não passará a *trankilo*. Os casos duvidosos é que continuarão sem resposta gráfica.

Concluído o intermezzo ortográfico, voltemos à rota do que poderia chamar "o destino da língua portuguesa na virada do século". Com Jespersen, constatamos o espaço cada vez maior ocupado pelas línguas de cultura, ao contrário do que pareceu a alguns lingüistas do passado. A situação evoluiu no sentido apontado por Jespersen, isto é, no da ampliação do raio de influência cultural das nações mais poderosas política e economicamente. Os chamados meios de comunicação de massa – imprensa, telefonia, rádio, televisão – se apossam dos espíritos culturalmente despercebidos, neles inoculando traços de vivências desenraizadoras. Daí a preocupação que surge, com a definição e defesa da identidade cultural. Os meios de comunicação de massa são cada vez mais poderosos e hoje se avolumam graças principalmente à invasão eletrônica dos ares. Os computadores já constituem uma rede internacional da qual se valem, como sempre, os bons e os maus. Se colaboram entre si, também se guerreiam, e os petardos de ontem são os vírus de hoje. Atualmente são os computadores a via dominante de comunicação a distância. O encontro face a face vai desaparecendo e tudo tende a resolver-se por meio de recursos tecnológicos. O homem se posta mudo ante o computador e a máquina fala por ele. Estaremos diante de um processo de desumanização, em que o herói é o super-homem, o robô da última geração? E que dizer da engenharia genética que nos ameaça com seres vivos programados?

Recentemente estive entre nós o futurologista norte-americano Alvin Toffler, autor de um *best seller* (passe o anglicismo) publicado na década de 80, sob o título *A Terceira Onda*. Para Toffler, o mundo teria passado por três ondas (mais uma filosofia da História trifásica), sempre de base tecnológica:

a primeira teria sido a agrícola, a segunda a industrial e a terceira, em que nos achamos, a da inteligência artificial. Não sei se esta é a terceira, quarta ou quinta, mas certamente é a última. Toffler foi entrevistado pelo *Jornal do Brasil* (ed. de domingo 09/04/95). É dessa entrevista que vamos pinçar algumas afirmações:

"Não só o Banco Mundial e o FMI, como também a ONU, a OTAN e todas as instituições da Segunda Onda estão obsoletas."

"É preciso criatividade para que inventemos novas formas de relação política para a Terceira Onda. A Internet, por exemplo, possibilita uma forma de comunicação nunca vista na história da humanidade."

"O que assevero é que o modelo da Segunda Onda, da busca da mão-de-obra barata, está chegando ao fim. As empresas americanas tornavam-se mais competitivas transferindo suas fábricas para países onde a mão-de-obra fosse mais barata. Investir nesse modelo é se prender ao passado. Aquele tipo de trabalho já é feito por robôs. Para ter espaço no mundo da Terceira Onda é preciso investir em mão-de-obra especializada e em tecnologia."

"Digo apenas que as novas tecnologias tornam possível que boa parte do trabalho seja feita em casa. Nos Estados Unidos, 54% das pessoas têm computadores em casa. Cerca de 30 milhões de pessoas realizam parte ou todo o seu trabalho em casa."

Isso significa que as pessoas tendem a isolar-se do mundo, inclusive do mundo familiar, presas que ficam ao fascínio da *cabine eletrônica*. Tal isolamento não irá concorrer para a despersonalização do ser humano? Nesse ponto, Toffler é otimista, o que me parece discutível. E assim opina: "A possibilidade de produzir em casa permite que se ganhe o tempo do transporte e se eleve a produtividade. Mas isso deve significar mais tempo para o lazer e para a família e não a ocupação do espaço da casa pelo trabalho".

Curiosamente está-se dando um fenômeno oposto ao relatado no *Gênesis* conhecido como o episódio da Torre de Babel. A diversidade das línguas é bíblicamente então apresentada como punição pelo Senhor, depois do Dilúvio, aos descendentes de Noé, por terem orgulhosamente pretendido erigir uma torre que, de tão alta, chegasse ao céu. A confusão das línguas deveria ser tal, que nem sequer os mais próximos se entenderiam entre si. Hoje, porém, se atingirem o ápice da língua universal computadorizada, os homens ficarão isolados, cada qual enclausurado em sua cabine eletrônica.

Mas Babel tinha razão. A humanidade partida é um mal, não é um bem. Os homens, todos os homens, são essencialmente iguais, mas se diferenciam acidentalmente, quer pela natureza, quer pelo espírito. Pela natureza, em razão das diferenças raciais ou corporais; pelo espírito, em função

dos valores culturais adquiridos por herança histórico-social. Temos aqui as diferenças étnico-culturais. As culturas, porém, não são impermeáveis: podem intercambiar valores e cada uma pode e deve haurir de outra aquilo que melhor conduza à humanização do homem. Este o sentido humanista e não determinista das culturas. Tudo quanto uma cultura possua de seu que não contrarie a eminente dignidade da natureza humana tem direito de ser preservado (nesse sentido, p. ex., a antropofagia não pode ser havida como um *valor* cultural). No tempo os homens se realizam através da cultura, entendida em sentido antropossocial. Cabe, portanto, investigar os fundamentos de nossa identidade cultural. Não é difícil concluir que a cultura em que estamos embebidos é a que nos veio da Antigüidade greco-romana, cristianizada nos tempos medievais. Podemos denominá-la cultura judaico-cristã-greco-romana. Dentro dessa larga moldura cultural, já temos de nos posicionar no âmbito do território da cultura latina, ou latinidade. E ainda aí havemos de gizir uma *cultura ibérica* e, mais restritamente ainda, uma *cultura lusíada*. É a esta especificamente que pertencemos, portugueses, brasileiros, países africanos de língua oficial portuguesa. Essa cultura, com particularizações eventuais, está na língua, na literatura, na religião, nos padrões morais, no comportamento social. São valores permanentes que, com esta ou aquela adaptação, esta ou aquela vertente, não deixam de constituir os traços básicos da cultura latino-cristã impregnada na alma lusíada. Creio que, pelo menos, um traço irredutível não lhe pode ser negado. Quando tive o privilégio de ensinar na Faculdade de letras, na Universidade de Lisboa, em momento em que a guerra fria, e não só esta, opunha o mundo da Liberdade ao mundo da Igualdade., tive oportunidade de dizer aos meus alunos: "Sente-se aqui a falta de um terceiro termo, o mundo da Fraternidade, que supera e engloba os dois primeiros. A mensagem desse mundo de Fraternidade foi a missão destinada ao povo português, que, singrando mares nunca de antes navegados, deu ao mundo novos mundos, aos quais sempre chegou como descobridores e colonizadores, jamais como conquistadores. E essa herança de fraternidade é também a do povo brasileiro, que nunca se empenhou nem se empenhará em guerras de conquista, aborrece a xenofobia e rejeita qualquer tipo de discriminação racial. A meu ver, o sentimento de fraternidade é o traço essencial da cultura lusíada e a ausência ou empalidecimento de tal sentimento é o grande vácuo de que padece este mundo finissecular. No terceiro milênio só entraremos íntegros e confiantes, se as barreiras dos ódios, do revanchismo, das ideologias de lutas forem levantadas.

Um último aspecto da relevância da institucionalização da Comunidade dos países de língua portuguesa quero ainda sublinhar.

Referia-me há pouco ao homem moderno, isolado na cabine eletrônica, mas falando a linguagem universal do computador. Transforma-se assim

num ser despersonalizado, alimentado com os ingredientes da máquina e não com os sabores de sua vida espiritual. A essa onda de despersonalização cabe opor vigoroso movimento de repersonalização, se me permitem a palavra. Por conseguinte, se não quisermos soçobrar na massa informe da geléia geral dos números robotizados, teremos de afirmar e renovar os valores culturais em que a História nos inseriu. O que fez a cultura lusíada para modelar o mundo em que vivemos não preciso agora rememorar. Além de desnecessário, inteiramente inútil, pois o nosso Brasil é testemunho vivo dessa audaciosa façanha de se dar ao Mundo Novos Mundos com que os argonautas portugueses abriram as portas dos Tempos Modernos.

É para essa cruzada cultural que nos convoca o Embaixador José Aparecido de Oliveira e que o seu apelo não caiu no vazio é prova o estar ecoando agora mesmo neste salão douto e seleta. Para aqui viemos e daqui sairemos felizes por termos dado mais um passo decisivo no sentido da constituição e consolidação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.
